

RELATÓRIO E CONTAS | 2022

RIBEIRA DA TEJA
Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

*por
Ribeira*

RIBEIRA DA TEJA
Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

Edifício Plaza II, Piso 1
Quinta Fonte
Rua da Quinta da Quinta, 5
2770-203 Paço de Arcos
Tel.: +351 214 400 200
Fax: +351 214 400 201

Page | 2

Relatório do Conselho de Gerência para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022



RELATÓRIO DO CONSELHO DE GERÊNCIA EXERCÍCIO DE 2022

Exmos. Sócios,

Page | 3

Nos termos do Art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2022.

1. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1. MACROECONÓMICO

Em 2022-23, a economia mundial é condicionada pela inflação elevada, aperto das condições financeiras e grande incerteza geopolítica, recuperando a partir de 2024 com a dissipação destes efeitos. Depois de uma contração ligeira no segundo trimestre de 2022, a atividade mundial cresce a um ritmo modesto no segundo semestre, em particular nas economias avançadas. O comércio internacional continuou a recuperar no primeiro semestre de 2022, beneficiando de um melhor funcionamento das cadeias de produção num quadro de normalização da oferta e de moderação da procura global. No segundo semestre, o enfraquecimento da atividade, em particular na indústria, implica uma perda de dinamismo do comércio mundial, que se estende até 2023.

Na área do euro, o PIB desacelerou no terceiro trimestre de 2022, refletindo um contributo muito negativo das exportações líquidas, compensado pela resiliência do consumo e do investimento. As projeções do Eurosistema apontam para uma ligeira contração do PIB na área do euro no último trimestre de 2022 e no primeiro trimestre de 2023.

A acumulação de reservas de gás na Europa, o aumento da oferta de gás natural liquefeito e do fornecimento pela Noruega, as medidas da União Europeia para redução do consumo e a previsão de um inverno pouco rigoroso contribuíram para a correção do preço do gás no quarto trimestre, após o aumento significativo no trimestre anterior na sequência do corte no fornecimento de gás pela Rússia. No entanto, os preços dos contratos de futuros permanecem elevados, refletindo a incerteza sobre o plano de substituição do gás da Rússia.

Em Portugal, após um crescimento de 6,8% em 2022, estima-se que a economia abrande significativamente em 2023. O forte crescimento em 2022 ocorre num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, de estagnação do rendimento disponível real e de redução da taxa de poupança para valores historicamente baixos. Num contexto de eliminação das restrições associadas à pandemia, as famílias aumentaram o consumo, em particular em bens e serviços cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores, utilizando parte da poupança acumulada durante a crise. O investimento desacelera em 2022, projetando-se crescimentos em 2023. O comportamento contido do investimento empresarial em 2022-23 é explicado pelo adiamento de projetos num contexto de elevada incerteza, restrições da oferta — de materiais e mão de obra —, aumento dos custos de produção, aperto das condições de financiamento e abrandamento da procura. Nos anos seguintes, a dissipação da incerteza e a melhoria das perspetivas de procura global traduzem-se num maior crescimento desta componente. O aumento da entrada de fundos da União Europeia, em particular dos associados ao PRR, deverá contribuir para suportar o investimento empresarial em 2023-25.

O investimento em habitação abranda significativamente em 2022 e reduz-se em 2023, refletindo o impacto da estagnação do rendimento disponível e do aumento das taxas de juro sobre a procura.

Após um crescimento de 17,7% em 2022, as exportações apresentam taxas em torno de 4% em 2023-25. O elevado dinamismo deste agregado em 2022 reflete a forte recuperação da componente de serviços, em particular do turismo. As exportações de turismo crescem quase 80%, beneficiando do levantamento das restrições da pandemia e da concretização da procura adiada durante esse período.

Page | 4

O mercado de trabalho manteve um comportamento favorável em 2022, perspetivando-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego em 2023-25.

Para terminar, projeta-se uma redução da inflação para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, refletindo menores pressões de origem externa. O abrandamento da atividade mundial e a dissipação dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento contribuem para atenuar as pressões inflacionistas externas ao longo do período de projeção, assumindo-se uma desaceleração do preço das importações e, em particular, uma redução no caso do gás e do petróleo. Esta evolução é parcialmente contrabalançada pelas pressões internas, num contexto da margem reduzida de recursos no mercado de trabalho e em que os trabalhadores tentam mitigar perdas dos salários reais e as empresas recuperar margens de lucro.

1.2. REGULAMENTAR

Em 2022, assistimos a um conjunto de desenvolvimentos regulatórios, destacando-se:

- O Despacho nº 1034/2022, que declara a especial relevância de várias intervenções que justificam a atribuição de apoios do Fundo Ambiental;
- O DL nº 30-A/2022, de 18 de abril, que aprova medidas excecionais que visam assegurar a simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis;
- A Diretiva nº 13-A/2022, ERSE, que aprova a implementação do mecanismo excecional de ajuste dos custos de produção de energia elétrica.

1.3. SETORIAL E DE MERCADO

O ano de 2022 registou uma taxa de incorporação de Fontes de Energia Renovável (FER) na geração de eletricidade de 56,9%, o correspondente a uma geração elétrica de 25,2 TWh, de um total de 44,2 TWh em Portugal Continental. Os combustíveis fósseis representaram os remanescentes 37,5%, o correspondente a 19,1 TWh.

No que diz respeito à repartição da energia renovável, a Hídrica foi responsável pela produção de 14%, a Eólica por 29%, a Biomassa por 7,5% e a Solar por 5,7%.

Em 2022, registou-se um preço médio horário no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), em Portugal, de 167,9 €/MWh, o que representa um aumento para o dobro face ao período homólogo do ano passado.

2022 foi o ano com o preço médio mais alto da história do MIBEL, fruto da tendência de crescimento do preço das licenças de CO₂ e da subida do preço do gás natural. Apesar do referido, desde 15 de junho, quando o mecanismo ibérico de limite do preço do gás natural entrou em funcionamento, até 31 de dezembro, o mesmo gerou uma poupança de 45,4 €/MWh, o que equivaleu a uma redução de 14,2% no preço médio do MIBEL.

Por outro lado, em dezembro, registou-se um preço médio de 96,6 €/MWh, o que representa uma diminuição de 148%, face ao preço verificado em 2021.

Em 2022, o sistema elétrico continental, registou importações de eletricidade de 12 171 GWh e exportações de 2 913 GWh, resultando num saldo importador de 9 258 GWh, 95% superior face ao saldo verificado em 2021.

Page | 5

2. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

2.1. ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Não se verificaram neste exercício quaisquer alterações da estrutura societária. Assim, a 31 de dezembro de 2022, o capital da sociedade é constituído conforme se apresenta abaixo:

Nome	Valor do Capital Detido	Quotas Fim do Exercício	% de Participação
Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	€ 1.400.000,00	2	56%
Aproveitamento Hidrico Val da Rovinhosa, Lda.	€ 1.100.000,00	1	44%
Total	€ 2.500.000,00	3	100%

2.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE

Não existem sucursais da Sociedade.

2.3. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES

Não existem negócios entre a Sociedade e os seus Gerentes.

2.4. PARTICIPAÇÕES DA SOCIEDADE

A Sociedade não detém quaisquer participações.

2.5. UNIDADES DE NEGÓCIO

A Ribeira da Teja, Lda. é uma sociedade constituída na freguesia de Vila Nova de Foz Côa, que explora a Central Hidroelétrica do Catapereiro. Esta Central, com uma capacidade instalada de 8,6 MW, encontra-se equipada com 2 turbinas ABB de potência individual de 3,8 MW.

A licença de utilização foi atribuída à sociedade por um período de trinta e cinco anos, encontrando assim o seu termo a 14 de março de 2035.

3. ANÁLISE DA ATIVIDADE

Page | 6

A análise das contas do exercício evidencia um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos no montante de -51.662,50 Euros com vendas de 150.268,06 Euros. A performance do empreendimento em 2022 ficou muito abaixo do previsto, não só porque os níveis de recurso hídrico foram historicamente baixos, mas também porque quando começou a chover com abundância, em novembro, ocorreu uma derrocada de terras, tendo caído uma grande quantidade de pedras de grandes dimensões sobre a conduta adutora, provocando a sua rotura. Apesar do referido, a rápida intervenção levada a cabo pelo Eng. Mattos Parreira, permitiu que a central entrasse em serviço no dia 27 de dezembro e conseguisse produzir mais em 5 dias, do que no resto do ano todo.

Produção em GWh/ano

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2,3	20,5	13,8	9,2	7,1	30,7	19,5	2,3	22,3	24,8	7,9	28,7	9,5	14,6	8,7	16,0	15,1	1,5

Nas contas patrimoniais ativas assumem particular relevância as rubricas de Imobilizado, as quais refletem os investimentos na central do Catapereiro e que a 31 de dezembro de 2022 assumem em termos líquidos, 87% no total do Ativo.

A sociedade termina o exercício de 2022 com um prejuízo líquido de 418.820,74 Euros.

Ao longo do exercício a empresa cumpriu com pontualidade todas as obrigações legais, nomeadamente para com o Estado, Segurança Social e Outras Entidades.

4. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Apesar da Sociedade ter encerrado o exercício com um prejuízo de 418.820,74 Euros, pelas razões acima referidas, as perspetivas para 2023 são excelentes. Em janeiro de 2023, a faturação ultrapassou os 650k, tomando assim no mês com a faturação mais alta desde a entrada em funcionamento da Central. As perspetivas para fevereiro, são igualmente boas, pois a barragem ainda está com um nível de água considerável, suficiente para perfazer a verba da receita orçamentada, mesmo que não chova mais.

Não antecipando a Sociedade nenhuma necessidade de investimento a realizar durante o ano de 2023, para além de pequenas reparações a fazer ao longo do exercício, que não ultrapassem os 250k, podemos desde já antecipar que os fundos gerados são suficientes para satisfazer as necessidades de 2023 e gerir o seu orçamento anual.

Conforme exposto, o reequilíbrio financeiro será assegurado pelos cash-flows gerados em 2023, não sendo por isso necessário recorrer ao mecanismo de reequilíbrio previsto no artº 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

Edifício Plaza II, Piso 1
Quinta Fonte
Rua da Quinta da Quintã, 5
2770-203 Paço de Arcos
Tel.: +351 214 400 200
Fax: +351 214 400 201

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A conta de resultados líquidos apresentava, no final do exercício de 2022, um prejuízo de 418.820,74 Euros.

O Conselho de Gerência, tendo em consideração as disposições legais (Art. 32º e 33º do C.S.C.) e o contrato de sociedade, propõe que o prejuízo do exercício seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Page | 7

AGRADECIMENTOS

Não pode a Gerência terminar sem uma palavra de agradecimento:

- aos Sócios, pela confiança depositada;
- ao Município de Vila Nova de Foz Côa;
- à EDP Serviço Universal, S.A.;
- ao Banco Comercial Português;
- ao Banco BPI;
- a todas as entidades singulares e coletivas que com o seu esforço e dedicação permitem o bom e normal desenrolar da atividade da Empresa.

Vila Nova de Foz Côa, 28 de fevereiro de 2023

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Gerente

(João Carlos Ilari de Mattos Parreira)

Gerente

(Carlos Alberto Pais Direito)

RIBEIRA DA TEJA
Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

Edifício Plaza II, Piso 1
Quinta Fonte
Rua da Quinta da Quintã, 5
2770-203 Paço de Arcos
Tel.: +351 214 400 200
Fax: +351 214 400 201

Page | 8

Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Unidade: EURO)

RUBRICAS	Notas	2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	6	150 268,06	1 519 423,31
Fornecimentos e serviços externos	7	(161 770,75)	(167 822,31)
Gastos com o pessoal	8	(114 127,52)	(106 083,89)
Outros rendimentos	9	87 467,69	139 306,00
Outros gastos	10	(13 499,98)	(21 220,71)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(51 662,50)	1 363 602,40
Gastos / reversões depreciação e de amortização	12	(367 158,24)	(363 657,70)
Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos)		(418 820,74)	999 944,70
Resultado antes de impostos		(418 820,74)	999 944,70
Imposto sobre o rendimento do período	11	-	(211 068,94)
Resultado líquido do período		(418 820,74)	788 875,76

Page | 9

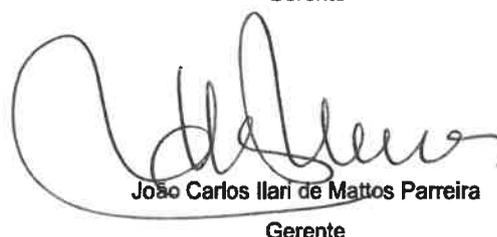
As notas que se seguirão fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE GERÊNCIA

Ana Esteves
Contabilista Certificada



Carlos Alberto Pais Direito
Gerente



João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Unidade: EURO)

RUBRICAS	Notas	2022	2021
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	12	3 966 783,91	4 333 942,15
Outros investimentos financeiros	13	263,25	96,69
Total do ativo não corrente		3 967 047,16	4 334 038,84
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	14	141 543,55	5 372,06
Outros créditos a receber	15	77 878,28	36 459,99
Diferimentos	16	23 628,93	23 147,79
Caixa e depósitos bancários	4	325 524,59	1 346 126,47
Total do ativo corrente		568 575,35	1 411 106,31
Total do ativo		4 535 622,51	5 745 145,15
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	17	2 500 000,00	2 500 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	1 332 844,98	1 332 844,98
Reservas legais	19	248 986,63	209 542,84
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	20	586 144,88	645 252,68
Resultado líquido do período		(418 820,74)	788 875,76
Total do capital próprio		4 249 155,75	5 476 516,26
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outras dívidas a pagar	21	155 810,66	171 522,86
Total do passivo não corrente		155 810,66	171 522,86
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	22	60 424,74	14 133,30
Estado e outros entes públicos	14	3 478,04	9 414,83
Outras dívidas a pagar	21	66 753,32	73 557,90
Total do passivo corrente		130 656,10	97 106,03
Total do passivo		286 466,76	268 628,89
Total do capital próprio e do passivo		4 535 622,51	5 745 145,15

Page | 10

As notas que se seguirão fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE GERÊNCIA

Ana Esteves
Contabilista Certificada




Carlos Alberto Pais Direita
Gerente



João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Unidade: EURO) Page | 11

RUBRICAS		Notas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Capital próprio no início de	2021	1	2 500 000,00	1 332 844,98	168 897,84	704 360,48	-	812 897,90	5 519 001,30
Alterações no exercício									
Aplicação de resultado de 2020			-	-	40 844,90	-	-	(40 844,90)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	(59 107,80)	-	-	(59 107,80)
	2		2 500 000,00	1 332 844,98	209 542,84	645 252,68	-	772 253,00	5 459 893,50
Resultado líquido do período	3							788 875,76	788 875,76
Resultado Integral	4=2+3		2 500 000,00	1 332 844,98	209 542,84	645 252,68	-	1 561 128,76	6 248 769,26
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições			-	-	-	-	-	(772 253,00)	(772 253,00)
	5		-	-	-	-	-	(772 253,00)	(772 253,00)
Capital próprio no fim de	2021	6=1+2+3+5	2 500 000,00	1 332 844,98	209 542,84	645 252,68	-	788 875,76	5 476 516,26
Capital próprio no início de	2022	1	2 500 000,00	1 332 844,98	209 542,84	645 252,68	-	788 875,76	5 476 516,26
Alterações no exercício									
Aplicação de resultados 2021			-	-	39 443,79	-	749 431,97	(788 875,76)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	(59 107,80)	-	-	(59 107,80)
	2		2 500 000,00	1 332 844,98	248 986,63	586 144,88	749 431,97	0,00	5 417 406,46
Resultado líquido do período	3							(418 820,74)	(418 820,74)
Resultado Integral	4=2+3		2 500 000,00	1 332 844,98	248 986,63	586 144,88	749 431,97	(418 820,74)	4 998 587,72
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições			-	-	-	-	(749 431,97)	-	(749 431,97)
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	(749 431,97)	-	(749 431,97)
Capital próprio no fim de	2022	6=1+2+3+5	2 500 000,00	1 332 844,98	248 986,63	586 144,88	-	(418 820,74)	4 249 155,75

CONSELHO DE GERÊNCIA

Carlos Alberto Pais Direito

Carlos Alberto Pais Direito
Gerente

Ana Esteves
Contabilista Certificada

Ana Esteves

João Carlos Ilari de Mattos Parreira

João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

Edifício Plaza II, Piso 1
Quinta Fonte
Rua da Quinta da Quintã, 5
2770-203 Paço de Arcos
Tel.: +351 214 400 200
Fax: +351 214 400 201**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RUBRICAS	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recabimentos de clientes		133 508,76	1 940 777,03
Pagamentos a fornecedores		(134 048,31)	(182 715,91)
Pagamentos ao pessoal		(72 954,87)	(58 404,18)
Caixa gerada pelas operações		(73 494,42)	1 699 656,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(128 299,82)	(382 032,50)
Outros recebimentos/pagamentos		(157 508,87)	(385 200,68)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(359 303,11)	932 423,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(30 577,08)
investimentos financeiros		-	(104,56)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	2 500,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	(28 181,64)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(661 298,77)	(772 253,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(661 298,77)	(772 253,00)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		(1 020 601,88)	131 989,12
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		1 346 126,47	1 214 137,35
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	325 524,59	1 346 126,47

Page | 12

CONSELHO DE GERÊNCIA


Carlos Alberto Pais Direito

Gerente

Ana Esteves
Contabilista Certificada



João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Page | 13

A RIBEIRA DA TEJA – Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda. (adiante designada apenas por Empresa ou TEJA), é uma sociedade por quotas constituída em setembro de 1999, e tem como objeto social a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Sede Social: Rua Cidade Nova, 2 – Vila Nova de Foz Côa

Capital Social: € 2.500.000,00

N.I.P.C.: 504.609.637

A Empresa é detida pela Câmara Municipal de Foz Côa, com sede na Praça do Município, em Vila Nova de Foz Côa e pelo Aproveitamento Hídrico Val da Rovinhosa, Lda. com a respetiva sede social no Edifício Plaza II, Piso 1, na Quinta da Quintã, n.º 5 – Paço de Arcos.

A TEJA é proprietária e explora 1 aproveitamento hidroelétrico em Portugal, denominado CATAPEREIRO, com uma potência total instalada de 8,6 MW.

A licença de utilização de água, alvará n.º 75, foi-lhe atribuída em janeiro de 1991, por um período de 35 anos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);

Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas

interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

Page | 14

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC. No entanto, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação destas de acordo com as NCRF requer que a Gerência formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos

descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição, necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Page | 15

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis em curso refletem ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam prontos para uso.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 30
Equip. básico	16
Equip. de transporte	4
Equip. administrativo	8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.



b) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Page | 16

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

c) Outros créditos a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade

identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Page | 17

e) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

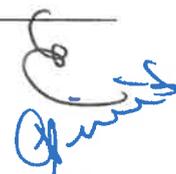
Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixos são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.



Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

f) Provisões

Page | 18

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal, contratual ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisão para desmantelamento e Valor residual

A incerteza quanto ao desmantelamento (*âmbito e timing*) e a inexistência de histórico e/ou *benchmarks* consensuais disponíveis sobre estes tópicos condiciona a fiabilidade das estimativas passíveis de serem construídas. Neste contexto, e adicionalmente pela convicção da gestão que as eventuais responsabilidades que possam decorrer do desmantelamento do empreendimento no final da sua vida útil serão compensadas com o valor residual dos equipamentos. Assim, não foi reconhecida provisão para desmantelamento e valor residual dos equipamentos.

g) Benefícios de Empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

h) Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Page | 19

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

i) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

j) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da produção de energia elétrica é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade da produção;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo da produção vendida;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Page | 20

k) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos ativos financeiros disponíveis para venda.

l) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos.

m) Instrumentos de capital

A Empresa reconhece instrumentos de capital próprio no capital próprio quando emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Quando os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a Empresa apresenta a quantia a receber como dedução ao capital próprio.

Quando os recursos ou dinheiro forem recebidos antes da emissão de ações e a Empresa não poder ser obrigada a devolver tais recursos ou dinheiro, a Empresa reconhece um aumento de capital próprio até ao limite da quantia recebida.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital nos próximos 12 meses.



3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Page | 21

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Page | 22

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 A 31 de dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	2022	2021
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à ordem	325 524,59	1 346 126,47
	<u>325 524,59</u>	<u>1 346 126,47</u>

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Empresa não alterou as estimativas contabilísticas, nem detetou qualquer erro que mereça correção.

6. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Vendas e serviços prestados" decompõe-se como segue:

	2022	2021
Vendas		
Produção de energia elétrica	150 268,06	1 519 423,31
	<u>150 268,06</u>	<u>1 519 423,31</u>

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" decompõe-se como segue:

	2022	2021
Serviços especializados	102 907,74	106 124,93
Materiais	244,79	38,70
Energia e fluidos	15 208,95	18 894,62
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos		
Comunicação	453,43	330,79
Seguros	42 875,84	42 311,27
Contencioso e notariado	80,00	105,00
Despesas de representação	0,00	17,00
	<u>161 770,75</u>	<u>167 822,31</u>

Page | 23

8. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Gastos com pessoal" decompõe-se como segue:

	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	38 500,00	31 900,00
Remunerações do Pessoal	53 236,56	52 069,11
Encargos sobre remunerações	20 936,39	20 094,65
Outros gastos com o Pessoal	646,54	2 020,13
Seguros de Acidentes de Trabalho	808,03	0,00
	<u>114 127,52</u>	<u>106 083,89</u>

O número médio de colaboradores da Empresa ao longo do ano de 2022 e 2021 foi de:

	2022	2021
Colaboradores		
Gerente	1	1
Técnicos operacionais	3	3
	<u>4</u>	<u>4</u>

9. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Alienações de ativos fixos tangíveis	0,00	2 500,00
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	12 643,57	61 986,00
Outros Não Especificados	4,12	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	74 820,00	74 820,00
	<u>87 467,69</u>	<u>139 306,00</u>

Page | 24

10. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outros gastos" apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Impostos	13 499,98	13 583,31
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	5 137,40
Outros não especificados	0,00	2 500,00
	<u>13 499,98</u>	<u>21 220,71</u>

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa é tributada em IRC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, sujeita a uma taxa de 21% sobre a matéria coletável. A taxa em vigor pode ainda ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela derrama municipal e até ao máximo de 5% pela derrama estadual caso o lucro exceda 7,5 milhões de euros, não tendo sido aplicável no exercício findo a 31 de dezembro de 2022.

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. A Gerência entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Impostos sobre o rendimento do período apresenta o seguinte detalhe:

	2022	2021
Resultado líquido do período	-418 820,74	788 875,76
Diferenças permanentes:		
- a acrescentar:		
Correcções relativas a períodos de tributação anteriores	0,00	5 137,40
RC	0,00	211 068,94
Realizações de utilidade social não dedutíveis	487,48	0,00
Lucro/(prejuízo) para efeitos fiscais	-418 333,26	1 005 082,10

Page | 25

12. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos "Ativos Fixos Tangíveis", bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi o seguinte:

	2022					TOTAL
	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transp.	Eq. Adm in.	
ATIVOS						
Saldo inicial	354 202,61	14 353 631,77	2 316 102,25	29 577,18	1 540,26	17 055 054,07
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	354 202,61	14 353 631,77	2 316 102,25	29 577,18	1 540,26	17 055 054,07
Amortizações acum. e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	10 400 835,67	2 315 655,03	3 080,96	1 540,26	12 721 111,92
Amortizações do exercício	-	359 530,68	233,28	7 394,28	-	367 158,24
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	10 760 366,35	2 315 888,31	10 475,24	1 540,26	13 088 270,16
ATIVOS LÍQUIDOS	354 202,61	10 760 366,35	213,94	19 101,94	-	3 966 783,91

2021

	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transp.	Eq. Admin.	TOTAL
ATIVOS						
Saldo inicial	354 202,61	14 353 631,77	2 316 102,25	14 773,60	727,34	17 039 437,57
Aquisições	-	-	-	29 577,18	812,92	30 390,10
Transferências e abates	-	-	-	-14 773,60	-	-14 773,60
Saldo final	354 202,61	14 353 631,77	2 316 102,25	29 577,18	1 540,26	17 055 054,07
Amortizações acum. e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	10 041 305,15	2 315 655,03	14 773,60	727,34	12 372 227,82
Amortizações do exercício	-	359 530,52	233,30	3 080,96	812,92	363 657,70
Transferências e abates	-	-	-	-14 773,60	-	-14 773,60
Saldo final	-	10 400 835,67	2 315 888,33	3 080,96	1 540,26	12 721 111,92
ATIVOS LÍQUIDOS	354 202,61	3 952 796,10	213,92	26 496,22	-	4 333 942,15

Page | 26

13. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos na rubrica "Outros investimentos financeiros", foram os seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial	96,69	0,00
Aquisições	166,56	96,69
Reembolsos	0,00	0,00
Saldo final	263,25	96,69

A rubrica "Outros investimentos financeiros", é constituída por Fundos de Compensação do Trabalho, criados pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, calculada nos termos do artigo 366º do Código do trabalho cujos contratos se celebram após dia 1 de outubro de 2013.

O Fundo Compensação do trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelo empregador por meio de entregas mensais. O Fundo de Garantia de Compensação do trabalho (FGCT) é um fundo mutualista, igualmente financiado pelos empregadores por meio de entregas mensais, que visa a concretização da garantia que este novo regime visa assegurar.

As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro da Empresa, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando-se como referencial o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo.

14. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" tinha a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	133 676,00	0,00	5 372,06	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	7 867,55	0,00	0,00	5 934,08
Retenções de impostos sobre o rendimento	0,00	1 237,80	0,00	1 230,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	2 240,24	0,00	2 250,75
	<u>141 543,55</u>	<u>3 478,04</u>	<u>5 372,06</u>	<u>9 414,83</u>

Page | 27

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outros créditos a receber" apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Produção Elétrica	76 878,28	35 148,73
Fornecedores	0,00	199,84
Outras operações com o pessoal	1 000,00	1 000,00
Outros devedores e credores	0,00	111,42
	<u>77 878,28</u>	<u>36 459,99</u>

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Diferimentos" decompõe-se como segue:

	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	23 628,93	23 147,79
	<u>23 628,93</u>	<u>23 147,79</u>

17. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Ribeira da Teja, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo detido pela entidade seguidamente identificada:

	2022		2021	
	%	Valor Nominal	%	Valor Nominal
Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	56%	1 400 000,00	56%	1 400 000,00
Aproveitamento Hídrico Val da Rovinhosa	44%	1 100 000,00	44%	1 100 000,00
	100%	2 500 000,00	100%	2 500 000,00

Page | 28

18. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as prestações suplementares da Ribeira da Teja tinham a seguinte composição:

	2022		2021	
	%	Valor Nominal	%	Valor Nominal
Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	56%	746 393,19	56%	746 393,19
Aproveitamento Hídrico Val da Rovinhosa	44%	586 451,79	44%	586 451,79
	100%	1 332 844,98	100%	1 332 844,98

19. RESULTADOS TRANSITADOS

Por deliberação da Assembleia geral da Empresa, realizada a 15 de março de 2022, o lucro apurado no exercício de 2021 no montante de 788.875,76 Euros foi transferido da seguinte forma:

- 39.443,79 Euros para a conta de Reservas legais; e
- 749.431,97 Euros para distribuir pelos Sócios.

20. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outras variações no capital próprio" tinha a seguinte decomposição:

	2022	2021
Subsídios atribuídos	741 955,54	816 775,54
Ajustamentos em subsídios	-155 810,66	-171 522,86
	586 144,88	645 252,68

Em 31 de dezembro de 2022, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	Montante atribuído	Montante recebido	Montante não recebido	Rédito Acumulado	Montante por utilizar
Programa operacional do Norte					
Sub-programa B					
Medida: B-2 Ação: B-2-2 (Barragem de betão)	2 992 787,38	2 992 787,38	0,00	2 250 831,84	741 955,54
	<u>2 992 787,38</u>	<u>2 992 787,38</u>	<u>0,00</u>	<u>2 250 831,84</u>	<u>741 955,54</u>

Page | 29

Estes valores respeitam a subsídios concedidos pelo PRONORTE [FEDER] desde 1996 a 1999, destinados à construção da barragem de betão que serve o empreendimento no seu elemento de retenção de água.

Os valores recebidos são reconhecidos como rédito (nota 9), à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados.

21. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Outras dívidas a pagar decompõe-se como se segue:

	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas (Nota 24)				
Outros devedores e credores				
Ajustamentos em subsídios	0,00	155 810,66	0,00	171 522,86
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	16 145,00	0,00	16 145,00	0,00
Outros acréscimos de gastos	50 608,32	0,00	57 202,53	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00	210,37	0,00
	<u>66 753,32</u>	<u>155 810,66</u>	<u>73 557,90</u>	<u>171 522,86</u>

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecedores decompõe-se como se segue:

	2022	2021
Entidades relacionadas (Nota 22)	0,40	0,40
F. Castelo Branco & Associados	10 393,50	10 012,20
Conceito - Consultoria de Gestão S.A.	1 893,59	1 854,84
Fernando Peixinho & José Lima - SROC, Lda.	0,00	492,00
EDP Comercial S.A.	1 381,56	1 681,87
C.M.ST Construções Margem Sul do Teja UNIP.LDA	73,99	0,00
Alenáguas, Lda.	6 137,70	0,00
Biopower	37 800,00	0,00
Nuno Faria Sousa, Unipessoal Lda	2 214,00	0,00
Direção-Geral de Energia e Geologia	530,00	0,00
Diversos	0,00	91,99
	<u>60 424,74</u>	<u>14 133,30</u>

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos existentes com partes relacionadas são os que se seguem:

	2022	2021
WHS Wind Hidro Sun Energy Services, Lda.	0,40	0,40
	<u>0,40</u>	<u>0,40</u>

Page | 30

24. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as responsabilidades assumidas, perante terceiros, por garantias bancárias tinham a seguinte composição:

	2022	2021
BCP-EDP - 25-Nov-02	71 000,00	71 000,00
BCP CCDRN - 15-Jun-05	210 284,02	210 284,02
	<u>281 284,02</u>	<u>281 284,02</u>

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridas até 31 de dezembro de 2022. Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na presente nota.

Sociedade encerra o exercício com um prejuízo de 418.820,74 Euros, pelas razões acima referidas no relatório de gestão, mas as perspetivas para 2023 são excelentes. Em janeiro de 2023, a faturação ultrapassou os 650k, tomando assim no mês com a faturação mais alta desde a entrada em funcionamento da Central. As perspetivas para fevereiro, são igualmente boas, pois a barragem ainda está com um nível de água considerável, suficiente para perfazer a verba da receita orçamentada, mesmo que não chova mais.

Não antecipando a Sociedade nenhuma necessidade de investimento a realizar durante o ano de 2023, para além de pequenas reparações a fazer ao longo do exercício, que não ultrapassam os 250k, podemos desde já antecipar que os fundos gerados são suficientes para satisfazer as necessidades de 2023 e gerir o seu orçamento anual.

Conforme exposto, o reequilíbrio financeiro será assegurado pelos cash-flows gerados em 2023, não sendo por isso necessário recorrer ao mecanismo de reequilíbrio previsto no artº 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência no dia 28 de fevereiro de 2023. No entanto os sócios poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora.

Page | 31

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2022, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o número de quotas próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.

Vila Nova de Foz Côa, 28 de fevereiro de 2023

CONSELHO DE GERÊNCIA

Carlos Alberto Pais Direito
Gerente

Ana Esteves
Contabilista Certificada

João Carlos Iari de Mattos Parreira
Gerente



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex^{mos}. Sócios de
Ribeira da Teja – Produção de Energia Electrica, EM, Lda

Introdução

No cumprimento da lei, e dos estatutos da sociedade *Ribeira da Teja – Produção de Energia Electrica, EM, Lda*, vem o Fiscal Único apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora referente ao exercício de 2022, tendo presente a Certificação Legal das Contas emitida, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzidos.

Relatório

1. O Fiscal Único exerceu as suas atribuições no cumprimento do mandato para que foi conferido e no âmbito das competências e deveres consignados nos artºs 420 e 422 do CSC e dos estatutos da sociedade, tendo, entre outros, procedido:
2. à fiscalização da Administração da empresa
3. à vigilância do cumprimento da Lei e dos Estatutos
4. à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como a verificação dos valores patrimoniais da empresa
5. à verificação da exactidão do balanço, demonstração de resultados por natureza, demonstração dos fluxos de caixa, da demonstração das alterações do capital próprio e do Anexo, e dos financiamentos obtidos a médio e longo prazo.

Parecer

Em consequência da acção fiscalizadora:

6. Os atos da Gerencia do nosso conhecimento, enquadram-se no objecto da empresa e respeitam o cumprimento da lei e dos estatutos.
7. A contabilidade bem como os documentos de prestação de contas foram processados e elaborados de acordo com a lei e os estatutos.
8. O relatório da Gerência satisfaz os requisitos exigidos por lei.
9. Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
 - a) Podem discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de Caixa e Demonstração das alterações do capital próprio e do Anexo, respeitantes ao exercício de 2022 e decidir sobre proposta de movimentação dos resultados da Gerência;
 - b) Procedam à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

Lamego, 6 de Março de 2023

O FISCAL ÚNICO

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José Alberto F F Lima, R.O.C. n.º 1075 (20160687 CMVM)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RIBEIRA DA TEJA – PRODUÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA.E.M., Lda que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.535.622,51 euros e um total de capital próprio de 4.249.155,75 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 418.820 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da RIBEIRA DA TEJA – PRODUÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA.E.M., Lda em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela :

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização contabilística;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lamego, 6 de Março de 2023

Em representação de Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda

Jose Alberto Figueira da Fonseca Lima, ROC nº 1075 (20160687 CMVM)